

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA URBE CARIOCA: O EXEMPLO DE CAMPO GRANDE – RJ

SOCIAL-SPATIAL SEGREGATIONS IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO: THE EXAMPLE OF
CAMPO GRANDE –RJ

SÉGRÉGATION SOCIOESPACIALE DANS LA VILLE DE RIO DE JANEIRO: EXEMPLE DE CAMPO
GRANDE – RJ

Vânia Regina Jorge da Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

vaniarjsilva@gmail.com

Resumo

Este artigo se configura parte da pesquisa feita por ocasião do Mestrado no ano de 2009. Tem por objetivo destacar os padrões de segregação socioespacial vigentes na cidade do Rio de Janeiro. Portanto, toma como exemplo o bairro de Campo Grande ao compará-lo com outros que se configuram em importantes centros de comércio e serviços. Desta feita, observa as postulações de Harvey (1980), Smith (1998), Villaça (2001), Lago (2000, 2007) com o intuito de discutir o processo de segregação. Além disso, através de uma abordagem regressiva-progressiva, observa a formação do espaço urbano carioca. Também, através de dados estatísticos do IPP (Instituto Pereira Passos) e do Armazém de dados do município do Rio de Janeiro, foram elaboradas tabelas quanto à renda e graus de instrução de bairros e regiões administrativas em comparação com a área estudada. A análise desenvolvida teve como recorte temporal o período que compreende entre a década de 1990 até a presente data pelo contexto político econômico de cunho neoliberal deflagrado a partir de então.

Palavras-chave: segregação socioespacial, espaço urbano, abordagem regressiva-progressiva, Campo Grande-Rio de Janeiro.

Abstract

This article retakes the research done on the occasion of the Master degree in 2009. It aims to highlight the existing spatial segregation patterns in the city of Rio de Janeiro. Therefore, it takes as an example the neighbourhood of Campo Grande by comparing it with others that are equally important centres of commerce and services. This time, it observes conceptions of Harvey (1980), Smith (1998), Villaça (2001), Lago (2000, 2007) in order to discuss the process of segregation. In addition, through a progressive-regressive approach, it studies the formation of urban space in the city of Rio de Janeiro. Also, through statistical data from Perreira Passos Institute (IPP) and from data warehouses of Rio de Janeiro, tables were

elaborated in regard to income and education levels of administrative neighbourhood and regions in comparison to the study area. The analysis was developed during the 1990s until the present day by a neo-liberal political and economical context carried out thereafter.

Keywords: social-spatial segregation, urban space, progressive-regressive approach, Campo Grande-Rio de Janeiro.

Résumé:

Cet article se situe dans la lignée d'une recherche réalisée à l'occasion du Master en 2009. Il a pour objectif de souligner les formes de ségrégation socio-espaciale en vigueur dans la ville de Rio de Janeiro. Le quartier de Campo Grande est pris pour exemple et est comparé à d'autres quartiers qui se configurent également en importants centres de commerces et de services. On prend en compte les considérations de Harvey (1980), Smith (1998), Villaça (2001), Lago (2000, 2007), ayant pour objectif de discuter le processus de ségrégation. En outre, par une approche régressive-progressive, on observe la formation de l'espace urbain carioca. A partir des statistiques de l'IPP (Institut Perreira Passos) et de la banque de données de la ville de Rio de Janeiro, on a élaboré des tableaux qui prennent en compte les revenus et les degrés d'instruction des autres quartiers et régions administratives, en comparaison avec notre aire d'étude. Cette analyse adopte comme repères temporels la période qui part de la décennie 1990 jusqu'aujourd'hui, que retranscrivent les données utilisées et qui fut marquée par un contexte politico-économique de type néolibéral.

Mots-Clés: ségrégation socio-espaciale, espace urbain, approche régressive-progressive, Campo Grande – Rio de Janeiro.

Introdução

Este texto faz parte da pesquisa desenvolvida durante o curso de Mestrado com término no ano de 2009 na qual o objetivo era examinar o recorte espacial, Campo Grande – RJ pela perspectiva do desenvolvimento geográfico desigual (SMITH, 1998). Analisaram-se dois processos aparentemente diferentes: segregação e descentralização. Porém, quando considerados no bojo do desenvolvimento da acumulação capitalista, nota-se que configuram uma simultaneidade e são concomitantes no movimento do processo maior de ampliação do capital. Sendo assim, nesta parte da investigação deu-se ênfase ao processo de segregação tendo como exemplo o bairro de Campo Grande, localizado na Zona Oeste do município carioca. Este abrange uma área territorial de 119,13 Km² e 328.370 habitantes, segundo o censo de 2010, é o mais populoso e abriga 60,6% dos habitantes da XVIII RA de mesmo nome. Porém, sua densidade populacional é baixa em virtude de sua extensão em comparação como outras áreas da cidade do Rio de Janeiro, demonstrando assim, possibilidades de expansão para os mais diversos usos.

Desta feita, o objetivo geral deste é discutir os padrões de segregação socioespacial no município do Rio de Janeiro. De acordo com este, os objetivos específicos: observar a produção do espaço urbano carioca

no decorrer do tempo e demonstrar o processo de segregação tendo como exemplo o bairro de Campo Grande na cidade do Rio de Janeiro. Temos então as seguintes questões norteadoras: que padrões de segregação são expressos na cidade carioca? Como podemos compreendê-los através de contextos históricos subsequentes? O que os dados disponíveis a respeito da renda, grau de instrução nos indicam? A relevância desta pesquisa ocorre diante de novas dinâmicas observadas na metrópole carioca que demandam novas investigações. Por exemplo, a construção e funcionamento da CSA (Companhia Siderúrgica do Atlântico) suscitando uma ocupação sob a lógica urbano-industrial; a remodelação do porto de Itaguaí; a construção do túnel da Grota Funda e circulação de BRTs até o bairro de Santa Cruz; o projeto do arco rodoviário ligando as áreas produtoras e refinadoras de petróleo do estado do Rio de Janeiro com o porto de Itaguaí. Porém, no momento, faz-se mister considerar a produção do espaço urbano precedente como interveniente em processos que estão em curso.

A pesquisa foi desenvolvida através de levantamento bibliográfico, pesquisa de campo para levantar dados concernentes à segregação sócio-espacial evidenciada na cidade do Rio de Janeiro. Também foram elaborados mapas, gráficos e tabelas que expressem o processo acima mencionado. O marco temporal escolhido foi o período compreendido entre 1990 e 2009 por conta de a cidade carioca apresentar hoje uma estruturação urbana fragmentada e segregada em virtude não só de seus condicionantes físicos, mas também, como resultado de contextos político-econômicos no decorrer do tempo que é deflagrado pela lógica neoliberal que marca o capitalismo atual. Sendo assim, sua configuração expressa dinâmicas socioespaciais pretéritas e recentes, integradas em uma trama complexa.

Posto isto, o presente está estruturado em três partes: a primeira tem a pretensão de demonstrar em síntese a expansão da cidade do Rio de Janeiro de acordo com os momentos do desenvolvimento capitalista, indicando o modelo de produção que a urbe carioca achava-se em cada momento e as formações espaciais que se engendraram bem como as interações entre estas. Esta abordagem inicial se faz pertinente com o intuito de percebermos as espacialidades pretéritas que se tornaram condições para momentos subsequentes originando uma composição espacial. A segunda parte propõe uma discussão quanto a processos e práticas espaciais destacando a segregação, conceito que compôs um dos suportes da pesquisa realizada por ocasião do mestrado. Por último, através de dados estatísticos, pretende-se exemplificar este processo na cidade tendo como foco principal, o bairro de Campo Grande.

1 - Campo Grande – a marcha da cidade do Rio de Janeiro rumo ao oeste

Nesta parte, ao considerar as postulações de Smith (1998), pretende-se exemplificar através da expansão do espaço urbano carioca e as relações intraurbanas de suas partes funcionais “as tendências contraditórias para a diferenciação e para igualização que determinam a produção capitalista do espaço” que surge no “âmago da produção capitalista” e inscreve-se na paisagem como um “padrão de desenvolvimento desigual” (p.149). Em suas postulações, o autor abordou quanto a causa da diferenciação espacializada ser a divisão do trabalho em suas variadas escalas mas também a divisão do capital em seus diversos setores.

Diante disto, podemos percorrer sobre as diferenciações produzidas pela especulação imobiliária que, com a participação de vários agentes que interferem na produção do espaço (Estado, especulador imobiliário, proprietário de terras) foram criando, de acordo com interesses de acumulação do capital, meios para diferenciar áreas destinadas às camadas sociais de acordo com as suas possibilidades de aquisição de uma mercadoria chamada terra, seja para especulação ou moradia. Entendem-se estas áreas diferenciadas como mosaicos (HARVEY, 2004, p.111) que expressam diferenças geográficas como legados históricos e geográficos reproduzidos, sustentados e reconfigurados por processos políticos e econômicos.

Portanto, é feita uma retroação anterior ao recorte temporal indicado na pesquisa com o propósito de compreender o desenvolvimento geográfico desigual na urbe carioca destacando o bairro em estudo. Sendo assim, retomam-se alguns marcos históricos considerados importantes para contextualizar Campo Grande de acordo com o modo de produção capitalista do espaço. Conforme Santos (1997), um lugar em um determinado momento é o resultado de diversos elementos em níveis diferentes. Resultados que se tornam resultantes em processos dinâmicos interferindo no devir, dando especificidade ao lugar. Também Harvey (2006), quando disserta que um ponto no espaço não é somente um ponto. Há uma variedade de influências díspares que rondam sobre o espaço no passado, presente e futuro, concentrado e congelado num certo ponto para definir a natureza deste. Por isso, a necessidade de retroagir e buscar elementos que demonstrem tanto a diversidade de ocupação no bairro em estudo quanto a sua especificidade.

Em vista disso, a área em que se encontra este bairro teve a função rural até a década de 1960, sendo considerado após este tempo como incorporado à malha urbana. Esta mudança se expressa em diversos fatores relacionados, o uso do solo, a disponibilidade de infraestrutura urbana e de vias de acesso e transporte público, que foram assim constituídos de acordo com interesses capitalistas a cada momento. Considerando algumas vias de acesso que foram construídas entre a área de estudo e a Área Central da cidade carioca, estas são elementos artificiais estruturadores constituídos de acordo com necessidades da sociedade ao passo que se modificava sua estrutura e contexto sócio-econômico de acordo com o desenvolvimento desigual capitalista.

Desde o início da colonização, o “Campo Grande”¹ achava-se ligado à Área Central carioca, a princípio por trilhas abertas, que eram menos do que caminhos. Estas trilhas formaram estradas e compõem a antiga Estrada Real de Santa Cruz. Outra via de acesso importante foi decisiva para o incremento da ocupação da área, a ferrovia. O ramal de Santa Cruz da Estrada de Ferro Central do Brasil inaugurado em 1878 partia de Deodoro até o Matadouro de Santa Cruz, sendo que o bairro de Campo Grande teve a sua estação ferroviária construída em 1878.

No século XX, num contexto de industrialização do país, foi construída a Avenida Brasil no ano de 1946. Esta via surge sobre aterros na altura de Manguinhos possibilitando mais uma ligação entre a Zona Oeste e a Área Central para o escoamento de produtos agrícolas, possibilitando a instalação de indústrias e um processo mais acelerado de ocupação.

¹ É importante ressaltar que, o bairro em estudo fazia parte de uma localidade conhecida como o Campo Grande, não o bairro atual de mesmo nome, mas, uma área cuja extensão geográfica estava entre a serra do Gericinó e as serras da Tijuca, Pedra Branca, Bangu e Cabuçu (FRÓES e GELABERT, 2004, p. 92).

Diante do exposto, é notório o suporte das vias de acesso como meio técnico que, ao propiciar fluxos e interações entre áreas afastadas promoveram a estruturação e influenciou a forma de acordo com as funções por causa da maior acessibilidade desenvolvida. Assim, podemos afirmar que o atual bairro de Campo Grande possui três principais vias de acesso: o ramal de Santa Cruz da atual Supervia (antigo ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil), a Av. Brasil, e a Av. Cesário de Melo que, junto com a Av. Santa Cruz fazem parte da antiga Estrada Real de Santa Cruz.

As vias de acesso entre o que era cidade do Rio de Janeiro e “o Campo Grande” se efetivaram diante da função que a última exercia em relação à primeira. Uma destas funções era ser zona rural produtora de alimentos e culturas agrícolas que tinham peso econômico a cada época, no contexto agro-exportador. Embora palco de diversas culturas, nas primeiras décadas do século XX, a área em estudo era produtora de laranja visando à exportação. Esta consideração regressiva é importante para evidenciar as mudanças que possibilitaram outras subsequentes. Por exemplo, naquela época houve a subdivisão de fazendas e chácaras em pequenas propriedades, possibilitando a pessoas que vinham de outros estados do país pudessem desenvolver a chamada pequena lavoura. Neste momento histórico, a área passa por modificações em sua forma, de acordo com novas dinâmicas relacionadas aos interesses capitalistas exteriores ao local, promovendo adensamento e condições para novos momentos que substanciaram as diferenciações internas.

Com a queda da citricultura, na década de 1930, há o incremento da especulação imobiliária. As pequenas propriedades foram divididas em lotes que estavam ao alcance de pessoas que migravam de diversas áreas do estado do Rio de Janeiro ou operários e funcionários que não tinham condições de morar próximo à área central. Observa-se assim uma nova modificação na forma atrelada a industrialização do país, na qual a área central deveria ter um aspecto moderno e higiênico, expulsando assim as classes mais pobres que, com a disponibilidade de transportes ocupariam localizações mais distantes como a zona rural (ABREU, 2006), e neste sentido, estava incluído o Campo Grande.

A chamada zona rural manteve suas características até a década de 1960. Neste ponto são interessantes as postulações de Smith (1998) em que, tanto a diferenciação como a equalização, são tendências inerentes ao capitalismo que podem ser observadas na relação cidade-campo. Nas palavras do autor (p.165):

Na medida em que o desenvolvimento capitalista nivela a dicotomia cidade-campo e, desse modo, destrói o fundamento de sua própria história econômica, ele prepara o caminho não somente para sua própria derrota, mas também para o desenvolvimento de uma história econômica completamente nova, construída sobre um novo fundamento.

Sendo assim, ao ser incluída no tecido urbano carioca, a área em estudo passou por modificações na sua forma e função em virtude de dinâmicas capitalistas de contexto extralocal, deixando de ser predominantemente rural, sendo urbana cuja função primordial mostrou-se ser residencial, a princípio, para

uma camada social com menor poder aquisitivo e, atualmente, para uma classe mais abastada evidenciadas nos tipos de construção.

Seguindo o modelo econômico urbano-industrial, a construção da Avenida Brasil tinha por objetivo possibilitar a industrialização nas áreas de sua extensão, sendo assim, data de 1939 e 1945 a instalação de algumas indústrias no bairro em estudo. Em 1975 criou-se um Distrito Industrial neste bairro com uma área de 2,5 Km² localizada no KM 43 desta avenida. Com a industrialização e demanda por moradias surgiram conjuntos habitacionais, loteamentos clandestinos e irregulares até a década de 1980. A partir de 1990, os loteamentos ocorrem através de incorporadores e especuladores regulares, uma produção imobiliária com características totalmente capitalista, conferindo a Campo Grande uma forma bastante diversificada na atualidade.

Segundo Macedo (2002, p.106), Campo Grande apresenta uma configuração interna bastante diversificada, explicada com o histórico desenvolvimento desigual do espaço nos moldes capitalista. A autora classifica cada parte do bairro da seguinte forma: primeiramente este possui ainda uma área agrícola; o Centro, que é sua área de concentração de atividades comerciais e de serviços; uma periferia ao sul em que predomina o uso residencial de ocupações variadas caracterizadas pela produção de loteamentos populares com autoconstrução; e a área de expansão residencial média ao norte da estrada de ferro.

Isto posto, a ocupação do espaço de Campo Grande no decorrer de vários contextos econômicos deu-lhe uma característica heterogênea no que diz respeito à composição habitacional, instigando a necessidade de considerações a respeito do conceito de segregação sócio-espacial a seguir.

2 - Segregação sócio-espacial – algumas considerações

De acordo com o desenvolvimento geográfico desigual, Harvey (1980, p.5) expressa que é através das práticas sociais que se pode apreender “a natureza do espaço e as relações entre processo social e formas espaciais”. Neste momento então, cumpre compor algumas discussões quanto ao processo espacial de segregação engendrado através da reprodução da sociedade capitalista.

Ao considerar a segregação em seus variados aspectos, suas causas e conseqüências, agentes sociais, percebemos diversas postulações sobre este conceito. Entre estes, destacaremos alguns autores, por exemplo, Villaça (2001) argumenta que o padrão mais conhecido de segregação metropolitana brasileira é o de centro-periferia, onde o primeiro é dotado da maioria dos serviços urbanos (públicos ou privados) e ocupado por classes de alta renda. A periferia, longínqua, “subequipada é ocupada predominantemente por excluídos” (p. 143). Importante destacar nas postulações do referido autor que, estudar a segregação como um processo é “fundamental para compreender a estrutura espacial intraurbana”. Processo este em que as classes sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais* ou *conjunto de bairros* na metrópole [grifo do autor] (VILLAÇA, 2001, p. 141, 142).

Diante de discussões que serão apresentadas no decorrer deste trabalho quanto ao padrão de segregação que a cidade do Rio de Janeiro apresenta, cabe destacar ainda outras afirmações do referido autor

no qual considera que o fato de não haver a “presença exclusiva de camadas da mais alta renda em nenhuma região geral na metrópole” não invalida o padrão núcleo – periferia ou, centro-periferia. Villaça (2001, p. 143) a respeito do assunto postula:

Nada disso altera a tendência à concentração das camadas de mais alta renda naquelas regiões. (...) O que determina, em uma região a segregação de uma classe é a concentração significativa dessa classe mais do que em qualquer outra região geral da metrópole.

A importante contribuição, para esta pesquisa, das postulações de Villaça (2001) está no fato deste discorrer da segregação como um processo e tendência, e que esta é necessária “à dominação social, econômica e política por meio do espaço” (p. 143).

Considerando a segregação residencial como “uma expressão espacial das classes sociais”, Corrêa (2002) relaciona-a ao “diferencial da capacidade que cada grupo social tem de pagar pela residência que ocupa, a qual apresenta características diferentes no que se refere ao tipo e localização”. Desta forma, confere as diferenças de tipo e localização ao fato da habitação possuir “valor de uso e valor de troca”, uma mercadoria sujeita ao mercado e que depende de outra mercadoria que é cara, “a terra urbana”, gerando assim um processo de exclusão da população mais carente a seu acesso. Aborda ainda que, a diferença de localização da residência reflete em primeiro lugar “o diferencial de preço da terra e varia de acordo com a acessibilidade e amenidades” (1999, p. 61- 64).

Numa consideração da organização interna da cidade, Souza (2003) aborda que no Brasil, a variável renda é a principal definidora da diferenciação dos espaços residenciais, mas, não a única, uma vez que estes espaços diferenciados refletem as diferenças entre grupos sociais, “diferenças econômicas, de poder, de *status* etc. (...) determinando, ou, pelo menos, influenciando decisivamente onde os membros de cada grupo podem viver” (p. 67).

Sobre os fatores que resultam na segregação residencial, o referido autor aponta as diferenças de classe e o papel do Estado em criar disparidades no fornecimento de infra-estruturas. De modo que Souza (2003, p. 84) afirma que “a segregação está entrelaçada com disparidades estruturais na distribuição de riqueza socialmente gerada e poder. A segregação deriva de desigualdades e, ao mesmo tempo, retroalimenta desigualdades”.

A importante contribuição de Lago (2000) para a abordagem que se apresenta está nas suas considerações sobre outro padrão de segregação urbana apontando este como consequência da crise e reestruturação econômica e estatal que o país perpassa desde a década de 1980. A autora aborda a localização das classes sociais opondo o padrão desigual integrado centro-periferia ao novo padrão fragmentado/excludente. Quanto ao primeiro, argumenta que este padrão imperou até os anos 1980 numa configuração espacial em que havia concentração de emprego e moradia das classes médias e superiores e dos equipamentos urbanos de serviços nas áreas centrais em detrimento dos espaços periféricos carentes de forma geral.

Aponta que este padrão era forma e condição de integração dos trabalhadores pobres como consumidores fundiários junto com a omissão do poder público em conferir pouca ou nenhuma regulação

quanto ao uso do solo nas áreas mais afastadas do centro da urbe carioca e que, com poucos investimentos em equipamentos de serviços, atribuía baixo valor a terra tornando-a acessível aos setores da população de baixa renda. É notório nesta fase, a venda e a compra de lotes clandestinos e/ou irregulares somados a autoconstrução caracterizando as áreas periféricas como moradia para a baixa renda.

Nas décadas de 1980 e 1990, a mesma lógica segregadora se amplia ao se expandir o mercado empresarial e de serviços para a classe média em áreas periféricas, destacando-se que, primeiro a ação empresarial e depois a ação pública de regulação e regularização fundiária ia a reboque do capital. De modo que, nesta fase já se apresenta uma configuração espacial que irá se reforçar após a crise, ou seja, a proximidade espacial de pobres e ricos na periferia dando um novo aspecto ao tema da segregação urbana.

O novo padrão de segregação urbana, conhecido como fragmentado/excludente, reduz a escala e aproxima ricos e pobres, ao passo que diminui as interações dos grupos sociais distintos motivados e “justificados” pelo medo da violência. Esta nova configuração se viabiliza por causa do aumento das desigualdades de renda e exclusão social diante das reestruturações econômicas e políticas. Conforme aborda Lago (2000, p. 145), durante e após a crise da década de 1980 houve a redução média de salários, “(...) a precarização das relações de trabalho (...) a substituição dos empregos de carteira assinada pelos empregos sem carteira ou por trabalho por conta própria (...) mais vulnerabilidade quanto a estabilidade do trabalho”.

A alternativa para segmentos sociais médios era as “áreas mais distantes em condomínios fechados (...) fora das áreas centrais devido ao baixo valor da terra”. O resultado é a existência de condomínios nobres e fechados com muros, guaritas etc. ao lado de favelas, loteamentos de autoconstrução até mesmo em espaços periféricos onde o acesso à mercadoria fundiária é mais acessível.

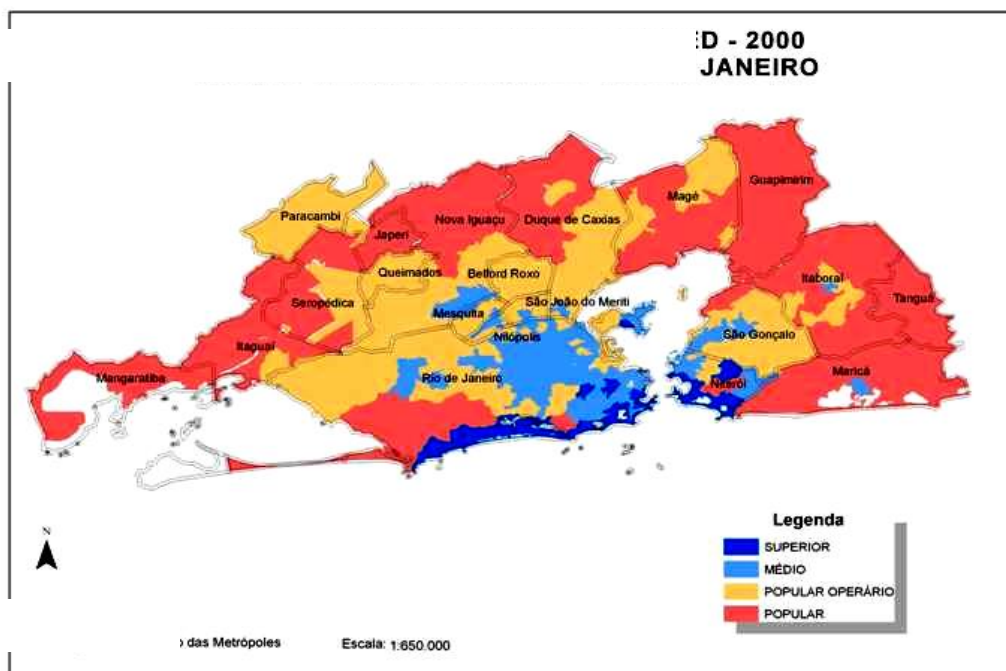
Entre as tendências quanto à segregação da cidade do Rio de Janeiro após os anos de 1980, a autora aponta: diversificação na periferia pelo aumento significativo das categorias médias sem alterar o elevado peso de proletários; e proletarização de áreas operárias devido a precarização das condições de trabalho como, por exemplo: as favelas espalhadas por todo o tecido urbano carioca (LAGO, 2000, p. 151-156). Porém, com todo o respeito às considerações da autora, até que ponto percebemos nos processos espaciais que são dinâmicos, continuidades e rupturas? Ou seja, até que ponto se pode observar tanto o modelo centro-periferia como o fragmentado/excludente?

Em um de seus textos (2007b), a autora aborda que o primeiro modelo, centro-periferia, se pautava na dimensão espacial das desigualdades de acesso ao trabalho e a moradia, e a bens e serviços urbanos. Enquanto no outro modelo, fragmentado/excludente, houve o foco no efeito das novas configurações espaciais (condomínios, favelas etc.) sobre as formas de interação entre os diferentes. Relacionando local de moradia e trabalho bem como a composição socioespacial da metrópole do Rio de Janeiro, utiliza o mapa 1 a seguir exemplificando com o segundo padrão de segregação². Surge a pergunta: ainda se percebe,

² Explicitando as tipologias socioespaciais utilizadas no mapa 2.1, Lago (2007a, p. 9) observa que foram desenvolvidas baseadas em dados censitários de 1980-2000 através de uma análise fatorial entre as categorias sócio-ocupacionais pelas áreas desmembradas da metrópole do Rio de Janeiro chegando a oito tipos socioespaciais: superior, superior médio, médio, médio inferior, operário, popular operário, popular e popular agrícola. Na figura citada, a autora trabalha com quatro englobando estes

analisando esta figura, a permanência do modelo dual? Não estariam as pautas dos dois padrões em recorrência?

Mapa.1 – Tipologia socioespacial por AED³ – 2000



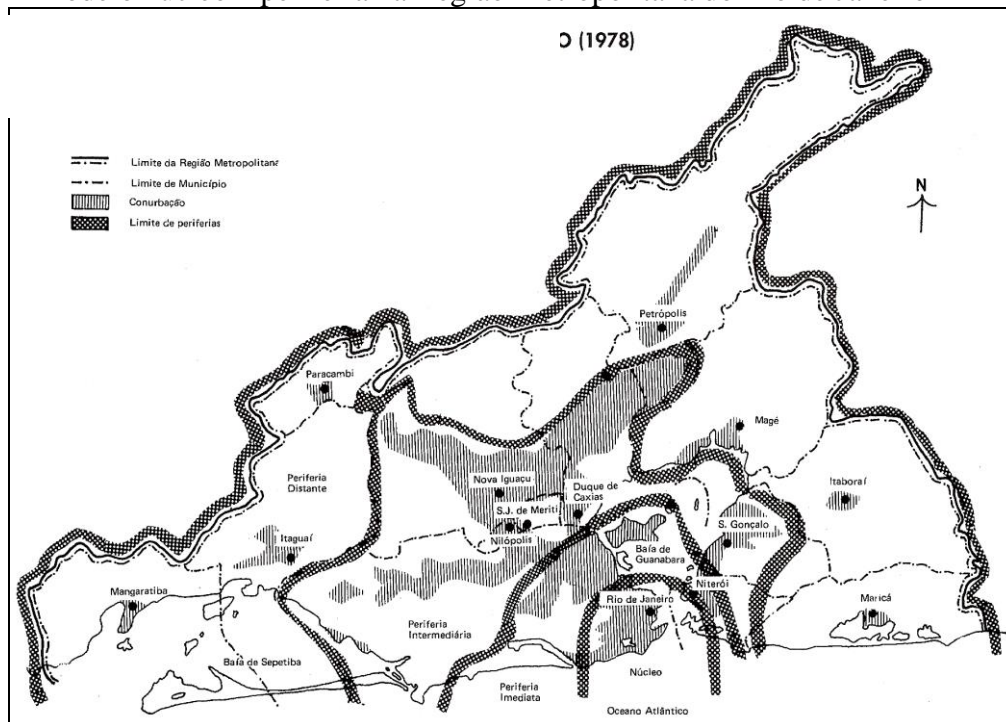
Fonte: IBGE. Elaboração: Observatório das Metrópoles (2000).

Considerando o referido mapa, podemos notar, com algumas modificações em relação ao que foi trabalhado por Abreu (2006), como será considerado mais adiante. No caso da cidade do Rio de Janeiro hoje existe: a predominância da tipologia de nível superior na Zona Sul, Barra da Tijuca e Recreio, e algumas áreas na Zona Norte; a tipologia média em amplas áreas da Zona Norte carioca e no centro de Campo Grande; e a tipologia popular e operária se espalhando pelo restante da Zona Oeste que abrangem as áreas desde Deodoro até Santa Cruz e Guaratiba, incluindo a maior parte do bairro de Campo Grande. Nota-se que os dois modelos podem ser trabalhados de acordo com o foco do pesquisa, ou ainda, em concomitância. Reafirmando as palavras de Villaça (2001), em Campo Grande, de acordo com a tipologia exemplificada pela autora supracitada, predomina a classe popular e operária, evidenciando assim o modelo dual explorado nesta pesquisa, enquanto que, observa-se também a situação do outro modelo analítico através da composição diversificada do bairro.

oito com o objetivo de relacionar a composição sócio-ocupacional de cada área com o todo da metrópole. Ainda, estas categorias envolvem tipos de ocupação envolvendo desde grandes empresários até agricultores.

³ AED – Áreas de Expansão Demográficas.

Figura 1 – Modelo núcleo – periferia na Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: Abreu (2006).

Conforme figura 1, Abreu (2006) trabalhou com círculos evidenciando o núcleo e os diferentes tipos de periferia na metrópole do Rio de Janeiro de acordo com a sua composição social: o primeiro círculo, o núcleo (ou centro) formado pela área comercial e financeira central (o antigo core histórico da cidade) e suas expansões pela orla da zona sul. O segundo círculo, a periferia imediata, composta pelos subúrbios mais antigos da urbe carioca que se formaram ao longo das estradas de ferro e a zona norte de Niterói. Inclui a faixa da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, que no ano em que foi feita a pesquisa pelo autor, apresentava um caráter periférico, porém, com uma ocupação insipiente na época de classes de alta renda, indicando que esta área comporia também, ainda no futuro o núcleo metropolitano (p.18). O terceiro círculo, a periferia intermediária constituída pelos municípios conurbados adjacentes à cidade do Rio de Janeiro e o restante da Zona Oeste deste município, da qual Campo Grande faz parte. Finalmente o quarto círculo, a periferia distante, a área mais afastada e contiguamente urbanizada da metrópole carioca.

Avaliando o mapa 1 e a figura 1, podemos inferir que a segregação sócio-espacial sendo um processo dinâmico, no decorrer do tempo, apresenta rupturas e continuidades. Entre as rupturas podemos mencionar a necessidade de observar além do padrão clássico de segregação centro-periferia, por este não contemplar novas dinâmicas sócio-espaciais como a proximidade espacial concomitante ao distanciamento social observado em muitas cidades brasileiras exemplificada entre as áreas de ocupação popular ao lado de condomínios de luxo, os enclaves, observados assim, pelo padrão fragmentado/excludente. Quanto às continuidades, o padrão dual permanece tendo a Área Central da cidade do Rio de Janeiro, com algumas modificações porque hoje podemos incluir Barra da Tijuca e Recreio, além do centro e Zona Sul. Em relação com o restante da cidade, esta expressa concentrações que ratificam o padrão centro - periferia.

Após estas últimas considerações torna-se claro que a segregação socioespacial é um produto que se efetiva amplamente no espaço urbano e é consolidado através do tempo por causa de diversos ditames sociais, político, econômico e cultural, tendo como agentes efetivos o Estado e as diversas subdivisões do capital, em especial o imobiliário e no caso da segregação residencial, é a expressão mais evidente da segregação socioespacial.

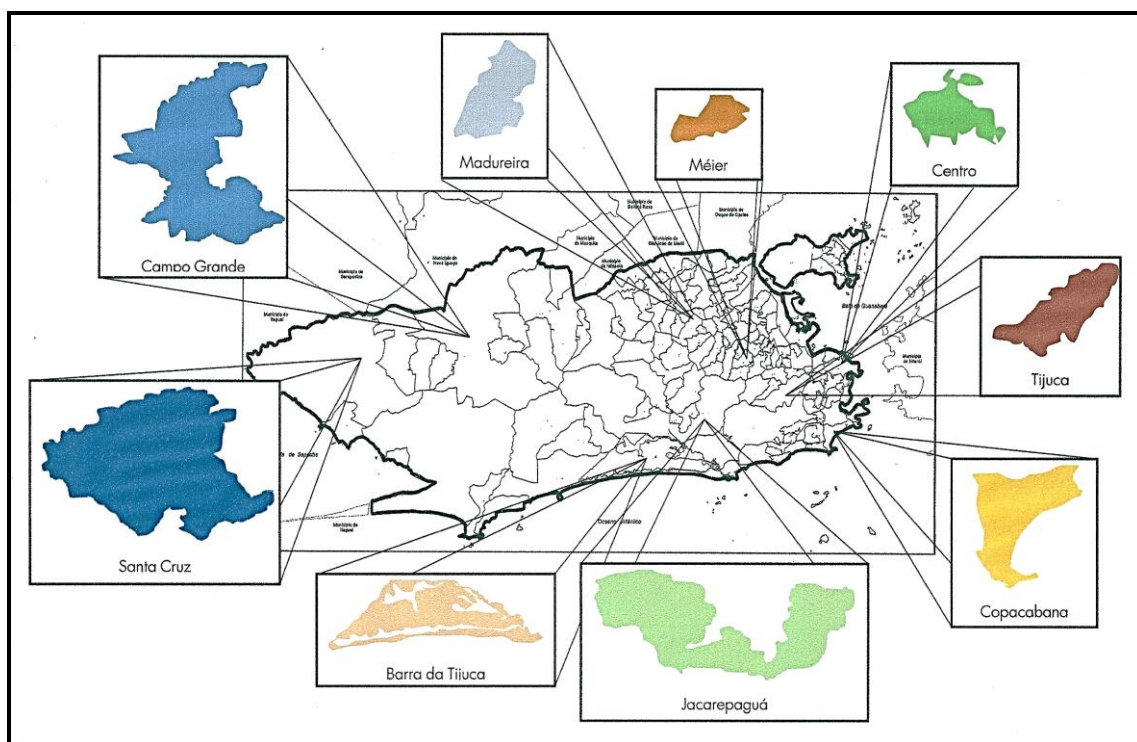
Surge uma indagação, apesar das proposições de Lago (2007b, p. 278) quanto à contraposição entre os dois padrões de segregação, ainda não continua uma concentração de emprego, moradia de classe média e superior, equipamentos e serviços urbanos de melhor qualidade na área central, justificando assim o padrão centro-periferia? Os dois padrões não poderiam ser trabalhados juntos? Uma vez que se deve considerar as rupturas e permanências na conformidade espacial da segregação na atualidade, estes modelos de análise da segregação espacial em separado se constituem reduções que não abarcam sozinhos toda uma realidade, são somente, e tão somente, modelos analíticos.

Neste contexto, ainda pode-se afirmar que os dois padrões de segregação abordados, o padrão desigual integrado centro-periferia e o novo padrão fragmentado/excludente são visões de segregação que não se excluem uma vez que podem ser trabalhados simultaneamente de acordo com a escala. Neste momento do artigo tem-se a pretensão de observar o bairro de Campo Grande principalmente com respeito ao padrão centro-periferia pelo fato de se trabalhar com a relação entre o recorte em estudo e a cidade do Rio de Janeiro, e perceber a distribuição desigual de infraestrutura de transporte público, entre outras.

3 - A segregação na cidade do Rio de Janeiro: o exemplo do bairro de Campo Grande

Ao avaliar a segregação segundo o padrão centro-periferia fez-se uma comparação da renda e o grau de instrução predominante entre algumas Regiões Administrativas (RA's) da cidade do Rio de Janeiro, e entre o bairro de Campo Grande, núcleo da XVIII RA (Campo Grande), com outros bairros considerados importantes subcentros da urbe carioca, a saber: Centro, Copacabana, Tijuca, Méier, Madureira, Barra da Tijuca, Santa Cruz e Jacarepaguá (Figura 2). A escolha das RA's que serão consideradas deu-se primeiro, por que na maioria destas encontram-se importantes subcentros da urbe carioca, são pólos de atração tanto para trabalho como para consumo, gerando fluxos constantes de trabalhadores e consumidores que necessitam de transportes públicos. O segundo motivo é o fato dessas RA's estarem distribuídas por todas as zonas da cidade do Rio de Janeiro, tornando-se assim, representantes para exemplificar a segregação sócio-espacial vigente na urbe carioca.

Figura 2 – Bairros do Município do Rio de Janeiro em comparação



Fonte: Armazém de Dados da Pref. do Rio de Janeiro (2009).

Org.: Vânia Regina Jorge da Silva, 12/09/2009.

Cabe ressaltar que dados estatísticos não revelam verdades por si só, mas, promovem indícios fortes que merecem considerações. Portanto, o objetivo em considerar a tendência de concentração a partir da renda e do grau de instrução é revelar a capacidade de estas áreas atraírem ou não a atenção do Estado e de empresas privadas em equipar estas com infra-estrutura que conferem qualidade de vida à população local, levando assim, não só a tendência de concentração, mas também, ratificando o processo de segregação espacial. Conforme Vetter e Massena (1981), existe a correlação entre a estrutura segregada da cidade com o poder político e econômico e como esses poderes exercem pressão sobre o Estado, de modo a promover uma distribuição desigual dos investimentos em infraestrutura. Sendo assim, os dados coletados com respeito à distribuição de renda entre as RA's e entre os bairros nos mostram que ainda pode-se observar o padrão centro-periferia conforme as tabelas a seguir.

Como observado na tabela abaixo, a V RA (Copacabana), VIII RA (Tijuca) e XXIV RA (Barra da Tijuca) apresentam uma distribuição similar na qual a maior concentração de renda está na faixa com mais de quinze salários mínimos, respectivamente, 42,4%, 36,5% e 49,9%, enquanto a II RA (Centro), XIII RA (Méier) e XVI RA (Jacarepaguá) demonstram um peso significativo na faixa de renda mais baixa, porém, não podemos desprezar a concentração na faixa de cinco a quinze salários mínimos, respectivamente: 38,9%, 37,2%, e 30,6%, demonstrando uma maior homogeneidade entre as duas primeiras faixas. A maior disparidade de renda entre as faixas das RA's consideradas está na XVIII RA (Campo Grande), XV RA (Madureira) e XIX RA (Santa Cruz), na qual a maciça concentração ocorre na faixa até cinco salários mínimos com 71,2% no caso da primeira RA, 61,7% no caso da segunda e 82,6% no caso da terceira, conforme tabela a seguir.

Tabela 1 – Moradores em domicílios particulares permanentes por classe de rendimento nominal da pessoa responsável pelo domicílio nas RA's do município do Rio de Janeiro - 2000 (salário em Real de 2000)

RA's	A		D		M		%	T
	té 5 sal.	da RA	e 5 a 15 sal.	da RA	ais de 15 sal.	da RA		
II Centro	2		1		3		7	3
	5.516	3,11	4.974	8,9	074	,99		8.492
V	3		5		6		4	1
Copacabana	7.927	3,61	4.617	3,99	8.130	2,4		60.674
VIII	5		5		6		3	1
Tijuca	5.842	1,18	7.878	2,31	5.393	6,51		79.113
XIII Méier	1		1		6		1	3
	87.968	7,57	47.066	7,22	0.106	5,21		95.140
XV	2		1		2		5	3
Madureira	30.189	1,69	21.284	2,5	1.689	,81		73.162
XVI	2		1		6		1	4
Jacarepaguá	59.491	5,9	42.227	0,6	2.527	3,5		64.245
XXIV B.	5		2		8		4	1
da Tijuca	8.541	3,88	7.954	6,18	6.273	9,94		72.768
XVIII	3		1		1		3	4
Cam.Grand.	43.993	1,25	21.393	5,14	7.438	,61		82.824
XIX Santa	2		4		4		1	3
Cruz	55.320	2,57	9.507	6,01	393	,42		09.220

Fonte: Armazém de Dados da Pref. do Rio de Janeiro (2009).

A tabela (2) demonstra que o padrão indicado pelas RA's se repete entre os bairros que são seus núcleos, importantes subcentros escolhidos para exemplificar as regiões consideradas anteriormente. Sendo assim, percebe-se que na faixa até cinco salários mínimos estão concentradas nos bairros de Campo Grande, Madureira e Santa Cruz (65,9%, 60,4% e 83,4%). No bairro do Méier há uma distribuição mais homogênea entre as faixas, porém, com concentração na faixa de cinco a quinze salários (45,0%) e a Tijuca, apresenta um quadro similar, porém, com concentração na faixa acima de quinze salários (38,4%). A Barra da Tijuca desponta ao concentrar 73,0% na faixa acima de quinze salários. As maiores diferenças indicando a segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro ficam em um extremo, Copacabana e Barra da Tijuca e no outro, Campo Grande e Santa Cruz.

Tabela 2 – Moradores em domicílios particulares permanentes por classe de rendimento nominal da pessoa responsável pelo domicílio nos bairros do Rio de Janeiro - 2000 (salário em Real de 2000)

Bairros	% até 5 sal. do bairro		% D e 5 a 15 sal. do bairro		% M ais de 15 sal. do bairro		Total
Copacabana	2	5	3	6	1		
	4.045	3,23	0.951	4,77	5.549	2,0	46.545
Tijuca	2	5	3	6	1		
	7.348	9,18	2.620	2,43	2.308	8,39	62.276
Méier	2	2	4	1	5		
	2.310	4,06	3.039	5,03	5.813	0,91	1.162
Madureira	6	1	3	3	5		
	1.043	0,44	6.856	2,82	459	,74	1.358
Barra da Tijuca	1	1	1	6	9		
	.851	0,72	4.974	6,39	7.087	3,0	1.912
Campo Grande	6	8	2	1	2		
	95.291	5,88	6.257	9,1	4.866	,02	96.414
Santa Cruz	8	2	1	2	1		
	59.523	3,42	8.963	5,15	735	,43	91.221

Fonte: Armazém de Dados da Pref. do Rio de Janeiro (2009).

Ainda considerando-se a renda, as tabelas 3 e 4 a seguir demonstram o rendimento per capita por RA's e por bairros, além da concentração conforme os exemplos acima, onde as maiores rendas estão nas RA's mais próximas da Área Central do município do Rio de Janeiro e as menores rendas na periferia. De modo que, no que se refere à renda, o modelo centro-periferia se apresenta, incluindo Campo Grande e Santa Cruz nesta periferia com tantas disparidades entre faixas de renda e as menores rendas per capita das RA's e bairros considerados. Observa-se nas tabelas que, tanto na comparação feita entre RA's e subcentros, as maiores rendas per capita ficam respectivamente com Barra da Tijuca, Copacabana e Tijuca, enquanto que, as menores estão em Campo Grande e Santa Cruz. Corroborando a visão da segregação espacial centro-periferia.

Tabela 3 – Rendimento domiciliar per capita por RA's do Município do Rio de Janeiro – em Reais (R\$) do ano de 2000

RA's	Rendimento per capita 2000
II Centro (AP 1)	734,78
V Copacabana (AP 2)	1.922,74
VIII Tijuca (AP 2)	1.414,93
XIII Méier (AP 3)	705,24
XV Madureira (AP 3)	448,04
XVI Jacarepaguá (AP 4)	590,11
XXIV Barra da Tijuca (AP 4)	1.945,56
XVIII Campo Grande (AP 5)	348,76
XIX Santa Cruz (AP 5)	248,56

Fonte: Armazém de Dados da Pref. do Rio de Janeiro (2009).

Tabela 4 – Rendimento domiciliar per capita por bairros do Município do Rio de Janeiro – em Reais (R\$) do ano de 2000

Bairros	Rendimento per capita 2000
Copacabana	1.887,34
Tijuca	1.438,51
Méier	1.091,88
Madureira	468,53
Barra da Tijuca	2.722,13
Campo Grande	392,49
Santa Cruz	234,36

Fonte: Armazém de Dados da Pref. do Rio de Janeiro (2009).

A pesquisa de dados por grau de instrução foi feita através da média de anos de estudo por RA's e bairros. Conforme podemos visualizar na tabela 5, constatou-se que as disparidades entre áreas se ratificam, confirmando assim, o padrão de segregação núcleo-periferia. As médias maiores em anos de estudo estão nas RA's: II (Centro), V (Copacabana), VIII (Tijuca) e XXIV (Barra da Tijuca). Embora não sejam as RA's com menor grau de instrução da cidade do Rio de Janeiro, daquelas consideradas, as que apresentam a menor média de anos de estudo, e abaixo da média do município são: XVIII (Campo Grande) e XIX (Santa Cruz).

Com respeito aos bairros escolhidos, núcleo das RA's trabalhadas, o padrão demonstrado é o mesmo, onde a maior média de anos de estudo se apresenta nos bairros da Área Central da cidade do Rio de Janeiro e das áreas mais próximas a esta. Os bairros mais afastados apresentam médias inferiores à do município que é de 8,3 anos de estudo, conforme estão indicados na tabela 6.

Tabela 5 – Média de anos de estudo por RA's do Município do Rio de Janeiro – 2000

RA's	Média de anos de estudo
II Centro (AP 1)	8,96
V Copacabana (AP 2)	11,78
VIII Tijuca (AP 2)	11,12
XIII Méier (AP 3)	9,33
XV Madureira (AP 3)	7,86
XVI Jacarepaguá (AP 4)	8,33
XXIV Barra da Tijuca (AP 4)	10,91
XVIII Campo Grande (AP 5)	7,16
XIX Santa Cruz (AP 5)	6,25

Fonte: Armazém de Dados da Pref. do Rio de Janeiro (2009).

Tabela 6 – Média de anos de estudo por bairros do Município do Rio de Janeiro – 2000

	Média de anos de estudo
Copacabana	11,76
Tijuca	11,28
Méier	11,07
Madureira	7,92
Barra da Tijuca	13,25
Campo Grande	7,63
Santa Cruz	6,15

Fonte: Armazém de Dados da Pref. do Rio de Janeiro (2009).

Conforme evidenciado, através da renda e grau de instrução, a segregação no padrão centro-periferia se apresenta na cidade do Rio de Janeiro, embora, como mencionado, este processo possui tendências de maneira que, temos expressivas concentrações de faixas de renda mais altas e maior grau de instrução em áreas como Copacabana e Barra da Tijuca. No Centro, Jacarepaguá, Tijuca, Méier e Madureira, temos uma situação intermediária. Ao passo que, nas áreas mais afastadas da Área Central, ocorre a concentração maciça de renda na faixa mais baixa com menor grau de instrução, como é o caso dos bairros de Santa Cruz e Campo Grande.

Considerações finais

Diante do exposto, percebemos o bairro de Campo Grande com uma configuração interna bastante diversificada denotando os vários momentos de ocupação que ocorreram. De uma área rural produtora de alimentos para a cidade até a década de 1960, foi incorporada à malha urbana tendo como função primordial a habitação. Esta ocorreu, em um primeiro momento, predominando loteamentos irregulares e/ou clandestinos até a década de 1980 e a partir de 1990 por loteamentos regulares. Possui várias vias de acesso importantes como: Av. Brasil, ramal de Santa Cruz da Estrada de Ferro Central do Brasil, a antiga Estrada

Real de Santa Cruz. Hoje, podemos destacar o túnel da Grota Funda que possibilita uma interação maior entre este recorte espacial e a Barra da Tijuca.

Quanto aos padrões de segregação socioespacial, o percebemos em movimento de acordo com as mudanças que ocorrem na estrutura da sociedade. Se pudemos perceber o padrão centro-periferia num contexto do capital industrial, desde a reestruturação econômica e estatal apontadas por Lago (2000a), observamos o padrão fragmentado/excludente. Mas, por se tratar de processos, podemos notar rupturas e permanências. Sendo assim, de acordo com a escala estudada, ainda observamos resquícios do padrão anterior intervindo no padrão subsequente. Afirmamos que, podemos trabalhar com os dois padrões ou a partir de um deles, de acordo com os intentos da investigação. Nesta pesquisa, privilegiamos o padrão centro-periferia por acreditar que este ainda descreve a realidade da cidade do Rio de Janeiro. Desta feita, tanto ao considerar as postulações de Lago (2000a) como os dados disponíveis, nós ainda encontramos uma concentração significativa de menor renda e grau de instrução em bairros mais afastados da área central, como Campo Grande e Santa Cruz.

Como destacado no início deste trabalho, a área em discussão encontra-se em pleno processo de reconfiguração diante de reestruturação em curso no estado do Rio de Janeiro. Podemos destacar novamente a Companhia Siderúrgica do Atlântico em operação no bairro de Santa Cruz, vizinho do bairro de Campo Grande, o porto de Itaguaí e o túnel da Grota Funda, a construção do anel rodoviário que ligará o porto de Itaguaí tanto às áreas produtoras de petróleo off shore do Rio de Janeiro como aos estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Diante disto, observa-se nesta porção da Zona Oeste carioca, que compreende as RAs de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz, uma intensa especulação imobiliária tanto para classe média como popular e construção de shopping centers. Sendo assim, novas questões são suscitadas: como a configuração observada até aqui interfere nas transformações que estão em curso? O que os dados do último censo podem nos indicar quanto a uma reconfiguração socioespacial nesta área de pesquisa? Que lógicas estão em operação além da urbano-industrial? Estas entre outras, demandam novas investigações.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. Evolução urbana no Rio de Janeiro. **4.ed. Rio de Janeiro: IPP, 2006. 156p.**

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. **7.ed. São Paulo: Ática, 2002. 84p.**

_____. **CORRÊA, Roberto Lobato.** O espaço urbano. **4.ed. São Paulo: Ática, 1999. 79p.**

FRÓES, José Nazareth de Souza e GELABERT, Odaléa R.E. Rumo ao Campo Grande: por trilhas e caminhos. **Rio de Janeiro: [s.n.], 2004. 235 p.**

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. **São Paulo: Hucitec, 1980. 290 p.**

_____. Espaços da Esperança. **São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 105-131.**

_____. Spaces of global capitalism. **Towards theory of uneven geographical development. London: New York, 2006. p. 117 – 148.**

LAGO, Luciana Corrêa do. Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise. **Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000. 240 p.**

_____. Repensando a “periferia” metropolitana à luz da mobilidade casa-trabalho. **Trabalho apresentado no XXXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG. 2007a.**

LAGO, Luciana Corrêa do. Trabalho, moradia e (i) mobilidade espacial na metrópole do Rio de Janeiro. **Cadernos Metrópole nº 18. P 275-293, 2º semestre, 2007b.**

MACEDO, Andréia Pereira de. Produção imobiliária e segregação na periferia do Rio de Janeiro: o bairro de Campo Grande. **2002. 156 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.**

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. **5.ed. São Paulo, Hucitec 1997. 116.**

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual, natureza, capital e produção do espaço. **Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.**

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC desenvolvimento urbano. **Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 63-91; 103-110.**

VETTER, David Michael & Massena, Rosa M^a Ramalho. Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infra-estrutura urbana? Uma teoria de causação circular. In: **MACHADO DA SILVA, L. A. (et. al.). Série Debates Urbanos vol. 1. 96p, 1981.**

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. **São Paulo: Estúdio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001. 373 p.**

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO – INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Bairros cariocas. Disponível em: <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>. Acessado em 10 de abril de 2009.